

## APRESENTAÇÃO

A discussão sobre a inclusão social, os direitos básicos do cidadão e a promoção da igualdade é assunto urgente e importante para o nosso país. Podemos dizer que o Brasil é uma democracia emergente que busca consolidar-se, abraçando, ao lado de outros países, a luta pela defesa e a proteção aos direitos humanos. Nossa população carece da expansão de direitos básicos – como o direito à educação com qualidade – que contribuam para uma maior inclusão social e a redução da crescente desigualdade que a oprime.

A sociedade brasileira sofre as conseqüências de problemas sociais e econômicos herdados do recente período autoritário, sem falar nos séculos de formação colonial e escravista. O grande desafio hoje é o de atingir o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições sociais, viabilizando uma maior igualdade social e uma convivência mais justa entre os cidadãos. É nesse cenário de heranças indesejadas, porém reais, que a educação se coloca como fator básico no enfrentamento do desafio da exclusão.

A Constituição Brasileira de 1988 assegurou a ampliação da declaração dos direitos da cidadania brasileira e a afirmação dos modos de garantir os mesmos ao conjunto da população. Essas garantias vão desde a busca da universalização do acesso aos serviços, dentre os quais destacamos a educação e o acesso ao trabalho, como o acesso a projetos de apoio aos excluídos e a políticas afirmativas para a redução das desigualdades existentes e a construção da igualdade de direitos legalmente afirmados. É nessa direção e com esse propósito que o país constrói e operacionaliza o sistema único de saúde, além de descentralizar outras políticas sociais, entre as quais destacamos as políticas de promoção do acesso à educação, com qualidade, e à permanência nela para todos no conjunto das 08 (oito) metas para o milênio.

Os avanços quantitativos com a educação brasileira são visíveis. A universalização do ensino fundamental é uma realidade: temos 97% das crianças entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos na escola, no ano de 2003. Sabemos, porém, que as estatísticas nunca dizem tudo. Matrícula, frequência e aproveitamento são três fenômenos distintos. O atraso escolar é muito grande no Brasil e a qualidade do ensino necessita melhorar.

Além disso, “cerca de 73% dos jovens se encontram no ensino médio, e os que concluem o ensino superior são pouco mais de 6%” (BURSZNTY, 2001, p. 107). O analfabetismo, o desemprego, a fome e a corrupção, entre outros, permanecem problemas sérios no país. Pesquisas mostram que ainda existe um contingente significativo de brasileiros e brasileiras que não sabem ler e escrever, especialmente entre os negros, indígenas e as populações do Norte, Nordeste e Centro Oeste.

É importante referir-nos, aqui, ao recorte racial e territorial face à magnitude do racismo na realidade brasileira, assim como às assincronias territoriais que já se colocam como históricas. Estudos realizados pelo IPEA chamam a atenção para o fato de que, no Brasil, embora a renda *per capita* tenha aumentado nos últimos anos e a pobreza diminuído, a desigualdade social aumentou. A educação vem contribuindo para o crescimento do desenvolvimento humano, porém de forma pouco significativa. Segundo dados divulgados pelo **Atlas racial brasileiro**, em 2003, 63% dos pobres e 70% dos indigentes são negros. Em um país onde a maioria dos habitantes é negra, a população de negros abaixo da linha da pobreza é de 50%, enquanto que é de 25% a de brancos no conjunto da população branca, o que indica o fator racial como forte elemento de desigualdade. Ainda de acordo com esses mesmos estudos, a renda média familiar flutua, no país, de R\$ 404, 96 a 122, 23 reais, variando ainda entre as regiões, a exemplo da diferença entre o Sudeste e o Nordeste, tendo este uma renda menor em quase R\$ 200,00.

O estabelecimento de políticas de promoção da igualdade racial é uma necessidade que decorre do reconhecimento, pela sociedade brasileira, da igualdade como valor básico dos direitos humanos e sua afirmação no sistema jurídico. Apesar de afirmada a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei, na realidade diversas formas de desigualdade e exclusão vêm sendo mantidas e denunciadas: entre elas a de cor/raça. “A igualdade perante a lei configura-se mais como declaração, como desejo ou como esperança e utopia, ou, ainda, como direito em construção, para o que contribui a mobilização dos diversos grupos e suas organizações” (MENEZES, 2001). Nossa sociedade ainda tem dificuldades para reconhecer o outro como sujeito de direitos que lhe são caros, sendo dessa forma, essencial a ação intencional e operativa do Estado brasileiro no sentido de ajudá-la a organizar-se na direção de seu sonho de cidadania para todos, sendo a igualdade racial um valor estruturante desse sonho.

Os governos mais recentes, do período que poderíamos chamar de pós-ditadura militar, vêm, com maior ou menor intensidade e vontade políticas, desenvolvendo ações para a inclusão social, com os objetivos de fomentar o acesso ao emprego e à moradia, à saúde, à educação e a outros serviços sociais. São atuações em favor dos mais pobres, que estimulam bonificações para as empresas que ampliam os seus serviços sociais, promovem a conexão de Internet aos centros educativos públicos, apóiam as famílias com o programa bolsa-educação, entre outras iniciativas concretas. Porém, isso não tem sido suficiente para a reversão do quadro de desigualdade. Consideramos fundamental a análise das causas da exclusão. Apenas pela análise e abordagem dos problemas a partir das causas e a sua prevenção, será possível o equilíbrio necessário à promoção e à manutenção de uma maior igualdade social.

Em termos de educação, não desconhecendo a importância de oferecer escola para todos nos diversos níveis, consideramos, também, fundamental oferecer uma educação de qualidade, uma educação que contribua para a formação integral do sujeito autônomo e para a construção de uma cidadania ativa em benefício da coletividade. O que é uma educação com qualidade? Uma educação crítica, com os olhos voltados para a sociedade e a solução dos problemas que a afligem. Uma educação com responsabilidade social. Uma educação solidária, centrada nos valores da justiça social e do compromisso com o coletivo, emancipatório, que transforma as pessoas em seres humanos melhores e as instituições sociais em espaços produtivos. Uma educação com atividades de extensão, pesquisa, semanas acadêmicas, jornadas científicas e prestação de serviços à comunidade. Uma educação inclusiva que se realize de forma participativa, com o comprometimento de seus segmentos acadêmicos diversos: estudantes, docentes e funcionários.

Para a composição deste número da Revista **Formadores**: experiências e estudos, foram selecionados artigos e resenhas que abordam a temática Inclusão, Ensino Superior e Democracia de forma diversificada, em sua relação com os diversos fatores relacionados a tais fenômenos, de forma a garantir uma organicidade e interrelação analítica na abordagem de assunto tão importante no contexto social atual.

Em seu artigo “Universidade e mudança: novas configurações e novos desafios nos tempos contemporâneos”, Maria Couto, ao considerar o papel da Universidade na

promoção da inclusão social, chama a atenção para o fato de que o panorama da educação superior nos países latino-americanos, no início da década de 90 é marcado por quatro processos fundamentais: a heterogeneidade dos estabelecimentos, a diminuição do financiamento público devido à crise econômica experimentada pela quase totalidade dos países, a debilidade da estrutura científico-tecnológica frente à comunidade internacional, mesmo considerando as mudanças profundas em suas estruturas produtivas para poder competir em uma economia cada vez mais internacionalizada e a crise que se estabelece nas relações entre o Estado e os sistemas educacionais. Neste particular, “observa-se um mal-estar entre esses dois segmentos, constatando no interior das instituições baixa produção intelectual, oferta de cursos obsoletos, vida departamental desarticulada e, em algumas delas, uma crise de autoridade, refletindo esses sinais de crise na relação do sistema de educação com a sociedade e o Estado” (BRUNNER, 1991).

Na medida em que o Estado oferece oportunidades, principalmente para as classes médias, beneficia-se, também, com o recrutamento burocrático e político dos seus egressos, assim como com os efeitos gerados para o bem-estar da sociedade, quando da formação de quadros profissionais importantes, e no desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Conclui a autora este artigo enfatizando o papel da universidade pública no momento histórico atual. Embora as novas dinâmicas tenham acarretado novas configurações e novas funções para o sistema de educação superior e, concomitantemente, abalado a missão da universidade, provocando crises e apresentando novos desafios, a universidade pública, em sua opinião, há de descobrir novos caminhos, visando manter seu traço histórico de uma instituição criada pela sociedade, para preservar e recriar a cultura, constituir-se como *locus* de pensar essa mesma sociedade, produzir conhecimentos e formar as novas gerações.

Alexandra Siqueira, ao discorrer sobre “Educação que dignifica ou educação que domestica?”, diz que, atualmente, um dos principais problemas da sociedade brasileira é a desigualdade social que se exprime, perversamente, também, no sistema educacional. Essas distorções são evidenciadas na diferença entre o ensino provido pela rede privada e pela rede pública, que amplia o “abismo” social entre aqueles que podem e os que não podem pagar por uma educação de qualidade, e distancia estes últimos do instrumento que oportunizaria sua emancipação para o exercício da cidadania.

Nilson Roseira, escrevendo sobre “Educação matemática e valores: das concepções dos professores à construção da autonomia”, recorda o histórico contexto do ensino excludente da Matemática com um olhar realista, contribuindo, decisivamente, para a compreensão do conflito como um elemento constitutivo das relações interpessoais e nos ajudando a superar a expectativa de que todas as relações deveriam ser consensuais, unitárias e caracterizadas por compreensão e entendimentos mútuos.

Lanara Souza, ao refletir sobre “Política social e avaliação de políticas educacionais: construção de um referencial teórico”, em uma análise histórica da temática, refere-se, especificamente, aos anos 90 como marcados pelo aprofundamento dos processos de reorganização do capitalismo em escala mundial e pela crise fiscal que coloca em xeque o arcabouço jurídico-institucional do Estado de Bem-estar idealizado por Keynes. As políticas sociais, e dentre elas as educacionais, assumem um caráter compensatório e assistencialista diante dos reflexos da crise econômica sobre as populações pobres dos países periféricos.

Para Souza as políticas sociais se caracterizam, de um lado, como um conjunto de medidas e programas que priorizam o atendimento às populações pobres, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais provocadas pelo mercado capitalista e sua política econômica. Enquanto, por um lado, respaldando-se em Palmeira (1996), a autora observa que essas políticas visam resolver as necessidades vitais enquanto direitos básicos de cidadania. Em sua vertente assistencialista, têm caráter mais paliativo do que corretivo, sendo fundamental a consideração de que a participação política é um processo de educação cidadã. Nesse sentido, os conflitos e as contradições são os elementos que fomentam a participação do cidadão no cotidiano. A participação popular nas avaliações de políticas educacionais implica na consideração de vários elementos constituintes do contexto histórico-social, como: (a) o caráter público (isto é, que contenha os interesses de todos); (b) o caráter democrático (isto é, o acesso às informações, o fortalecimento das organizações de representação popular, a inserção nas decisões e no poder e o respeito ao pluralismo); e (c) o caráter ético, que estimula a transparência na administração pública, contemplando os valores democráticos e assegurando, assim, responsabilidades e regras para o comprometimento individual e coletivo.

Ari Lima, em seu artigo “Ensino público superior e exclusão racial”, referindo-se à importância de se trabalhar a inclusão de negros, cita especificamente o *Projeto Auta de Souza*, realizado em Olinda-PE, do qual participou no desenvolvimento de um trabalho bastante sensível à especificidade da trajetória de abandono e exclusão das populações negras. Sua abordagem prioriza um trabalho de elaboração ou reelaboração reflexiva da identidade racial e étnica dos estudantes, integrantes do projeto em pauta, e insere-se na reflexão quanto à importância de se pensar e operacionalizar a cidadania das populações afro-descendentes, historicamente oprimidas e excluídas.

Sandra Araújo, ao escrever sobre “Educação do e no campo no Brasil: marcas de uma trajetória”, trata de parte das reflexões construídas sobre uma experiência alternativa, inovadora e inclusiva de educação *do e no* campo: as Escolas Famílias Agrícolas. Enfatiza que, como parte da política de revalorização do campo, a educação é entendida, atualmente, no âmbito governamental, ao lado da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, como instrumentos indispensáveis de inclusão social. Desse modo, para a autora, uma política de educação do campo, para ser capaz de promover a inclusão, o bem-estar e a qualidade de vida para os diferentes sujeitos, deve, necessariamente,

[...] estar articulada e integrada às diferentes políticas estruturadoras do desenvolvimento sustentável como acesso à terra, planejamento da produção e o acesso aos mercados, garantia de crédito diferenciado e de preços adequados, infra-estrutura social e produtiva, assessoria técnica, investimentos em pesquisas, além de ser capaz de conjugar educação e formação para o trabalho numa matriz pedagógica que considere os saberes acumulados e a cultura local. (CONTAG, 2004, p. 11).

Rejane Harder, escrevendo sobre “O sistema de educação musical de Villa-Lobos Vs o ensino de música nas escolas brasileiras da atualidade: um olhar comparativo”, pontua a necessidade de se contemplar, no processo educativo, aqueles que amam a música, sendo o acesso ao ensino dessa arte um direito de todos e necessário para o desenvolvimento harmônico do ser humano. Segundo a autora, a detecção de problemas que ainda estão obstruindo o avanço da Educação Musical, aliada a uma conscientização das questões apresentadas por parte dos educadores em geral, bem como a busca conjunta por soluções por parte das escolas, professores e instituições governamentais são

caminhos que poderão levar a educação brasileira a dispor, dentro da disciplina Artes, de um ensino de música sólido, integrado e acessível aos alunos de todas as escolas brasileiras, como já propusera Villa-Lobos na primeira metade do Século XX.

Wellington Gil Rodrigues, autor do artigo “Dilemas da ação afirmativa: ou democratização da Universidade Pública por meio do sistema de cotas ou manutenção da qualidade de ensino”, tem como objetivo analisar as tensões entre a tentativa de democratizar o acesso da população à universidade pública por meio do sistema de cotas, defendido pelo grupo que denomina “pró-cotas”, e a crítica que afirma que essa modalidade de ação afirmativa acabaria por gerar uma queda na qualidade do ensino superior público, representada pelo grupo que denomina de grupo “anti-cotas”. Segundo ele, o nível de educação exigido pelo mercado de trabalho tem sido constantemente inflacionado para conter a concorrência dos diplomados por posições nesse mesmo mercado, que, até pouco tempo atrás, era definido pelo ensino médio, mas que, agora, passou a ser determinado pelo ensino superior e que começa a ser empurrado para a pós-graduação, fazendo com que seja solicitado mais e mais capital econômico para ser convertido em capital cultural.

Para o autor, o problema das antinomias entre democratização ou manutenção da qualidade da universidade pública brasileira está inserido numa lógica bem mais abrangente que é a lógica de exclusão do próprio sistema capitalista.

Uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo, especialmente em matéria de consumo de bens materiais ou simbólicos, ou mesmo políticos, mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro ou da imitação, como se fosse esse o único meio de reservar para uns a posse real e legítima desses bens exclusivos. (BOURDIEU & CHAMPAGNE, 1997, p. 486).

Nesse sentido, o apoio à “democratização” da universidade pública brasileira por meio das cotas tem de estar articulado com uma profunda crítica dos processos excludentes presentes nos diferentes espaços sociais desse sistema, visando, como fim último, a uma democratização real e concreta.

Eliene Bina, ao resenhar Santos (1987), refere-se à educação exercida por equipes interdisciplinares em museus, escolas e outros ambientes educacionais que proporcionam aprendizado e interação com a comunidade. A obra de Santos propõe que o museu, como

instituição educacional, passe a exercer sua função social, buscando desenvolver o conhecimento integral do homem e contribuir para a inclusão social.

Finalmente, Tania Torres e Ana Lago, resenham a obra de Bauman. Tania, muito apropriadamente, observa que o lado mais impactante da obra de Bauman é sua recusa em abrir mão da possibilidade de um mundo mais justo. A conclusão inescapável de Bauman é que, em vez de falarmos de identidades, seria mais apropriado, para as realidades do mundo globalizado, que falássemos de identificação, uma atividade sempre inacabada na qual todos nós, por necessidade ou por escolha, nos engajamos. Da mesma forma, Ana trata do livro mais recente do célebre sociólogo, acrescentando que seu brilhantismo reside, principalmente, no fato de usar a sua escrita, com refinada ironia, para descortinar o impacto dos “resíduos humanos” sobre o mundo moderno.

Nosso principal propósito é o de, com este número da Revista **Formadores**: experiências e estudos, continuar o diálogo aberto, já estabelecido desde o primeiro número, com educadores-formadores, estudantes e o público, na direção de uma formação profissional e de uma reflexão que favoreçam a que as pessoas sejam mais comprometidas e engajadas com a busca do coletivo e do bem-estar social.

Os Editores

Maria José Palmeira

Solange Guimarães

Milton Luiz Torres

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **The individualized society**. Oxford: Blackwell, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, P. & CHAMPAGNE, L. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (org.). **A miséria do mundo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 481-486.

BRUNNER, José Joaquín. **El contexto actual de la educación superior en América Latina**. São Paulo: USP/NUPES, 1991.



BURSZNTY, Marcel et al. **Ciência, ética e sustentabilidade**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

CONTAG. **Por uma política pública de educação do campo**. [Brasília]: II Conferência Nacional de Educação do Campo, [2004].

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do desenvolvimento humano**. Brasília: IBGE, 2000.

MENESES, Jaci. **Igualdad y libertad, pluralismo y ciudadanía**: el acceso a la educación por los negros y mestizos en Bahia. Cordoba: Universidad de Cordoba, Argentina, 2001.

PALMEIRA, Maria José de O. Natureza e conteúdo das políticas públicas na atualidade: notas introdutórias. Salvador: **Revista da FAEBA**, Ano 5, n.º 6 (jul./dez.), 1996.

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas racial brasileiro**. Brasília: ONU, 2004.

SANTOS, Maria Célia Moura. **Escola e comunidade**: uma integração necessária. Salvador: Bureau, 1987.